

POLÍTICAS PÚBLICAS E A CRISE DO PLENO EMPREGO

Paulo Ricardo Bavaresco¹

RESUMO: A questão da pobreza sempre esteve relacionada com o emprego. É que as pessoas empregadas, embora os baixos salários, são vistas em uma condição favorável em relação ao desempregado. A questão histórica do desemprego, tem no processo de industrialização as suas raízes. Foi com a industrialização que o homem do campo passou a migrar com maior intensidade para as cidades. É nesse espaço que as manifestações de desigualdade e pobreza passam a se tornar um problema social, já que a indústria nunca pôde absorver toda mão de obra disponível. Na atualidade, esse problema se agravou dada a reestruturação da indústria. Se a indústria não possibilitou vínculos empregatícios às pessoas, o Estado também não foi capaz. Assim, a economia capitalista de mercado mostra que, nesse modelo, ela é incapaz de promover uma aproximação entre pobres e não pobres, bem como, minimizar a desigualdade econômica entre as pessoas.

Palavras-chave: Pobreza. Cidade. Modernização.

O debate em torno da pobreza e a busca pela redução das desigualdades há muito tem sido tema de pauta, principalmente, nos países periféricos. São nesses países que se tornam visíveis as dificuldades que encontram grande número de sujeitos, de poder desfrutar de uma vida condizente. Que a riqueza mundial nunca foi bem distribuída é de conhecimento, no entanto, o fato novo é a concentração assustadora de capital pelas grandes empresas

¹Doutor em Ciências Sociais. Professor na Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC. Campus de São Miguel do Oeste. SC.

durante a reestruturação do capitalismo na nova ordem mundial. Se o problema de desigualdade e pobreza foi destaque nos países periféricos, atualmente é também o grande entrave que se coloca aos países centrais. Durante os anos dourados do Welfare State, do pleno emprego, essas populações – Classe trabalhadora - desfrutaram de direitos e garantias como: emprego, saúde, educação, moradia, entre outros. Nos países periféricos, essa realidade foi diferente. O Welfare State, com suas características próprias nos países periféricos, esteve longe de atender a classe trabalhadora aos moldes dos países centrais. Atualmente, o pleno emprego nos países centrais, também, é colocado em choque frente às reviravoltas do mercado mundial. Se nesses países a realidade é assustadora, nos países periféricos será devastadora. É que a pobreza está relacionada com a questão emprego. Estar empregado significa estar acima da linha da pobreza, ou seja, não pobre, e mais, significa estar inserido na sociedade do emprego.

Nesse aspecto, no texto procura-se refletir sobre três questões. Quais sejam: (1) questão da pobreza no mundo do pleno emprego. Se em períodos anteriores a pobreza estava associada aos desempregados, que moralmente foram identificados como *vagabundos*, na atualidade, o processo de globalização fez aumentar esse número. Assim, na primeira parte abordamos algumas posições sobre a pobreza, ao mesmo tempo em que procuramos buscar uma definição mais geral para pobreza.

As maiores (2) manifestações sobre o desemprego ocorrem no espaço urbano. Na verdade, é nesse espaço que as manifestações dos sujeitos são facilmente observadas. É também ali que se concentra a grande maioria de excluídos do processo, bem como, o exército de mão de obra para a indústria. É que o espaço urbano foi o lugar que acolheu milhares de pessoas que fugiram do campo. Devido às políticas governamentais para o campo não serem nada atraentes para pequenos e médios produtores, nos últimos anos, a solução encontrada foi a busca do emprego na indústria. Soma-se a isso a (3) modernização agrícola e desemprego, no ciclo histórico da expulsão do homem do campo para as cidades. Fatos esses, geradores de profundas desigualdades sociais, principalmente, no mundo urbano.

1 POBREZA E O MUNDO DO PLENO EMPREGO

Foram nos últimos anos que se agravaram, ainda mais, os problemas de distribuição de renda no mundo globalizado. Aliás, a globalização provocou uma concentração de riqueza, que por sua vez, criou um distanciamento ainda maior dos poucos ricos em relação à maioria pobre. Esse debate também está em pauta nos diálogos atuais na perspectiva de buscar minimizar esse desequilíbrio que se arrasta por vários séculos entre as sociedades. O debate em torno da pobreza, relacionado ao mundo globalizado, remete-nos ao entendimento de que ela é fruto das relações do trabalho assalariado. E que o processo de globalização em andamento agrava ainda mais o mundo do pleno emprego. Fruto da alta tecnologia que reduz a necessidade de mão de obra nas indústrias, também chamado de desemprego estrutural. A Organização Internacional do Trabalho – OIT em sua 98ª Conferência Internacional do Trabalho da OIT em 2009 destaca que “[...] as empresas e o emprego estão desaparecendo. Encontrar uma solução para essa situação deve fazer parte de uma resposta global.” (OIT, 2009, p. 03). De outro lado, temos também a redução do valor de compra do salário que varia de país para país. Embora a existência de políticas assistencialistas adotadas por governantes de diversos países, que garantem alimentação básica a um grupo de pessoas, ainda assim, nos defrontamos com a questão principal no entendimento sobre quem é pobre. Essa questão e suas respostas são dadas e variam de acordo com cada autor. Assim, buscamos, inicialmente, alguns elementos que possam definir de que “pobreza” estamos nos referindo.

Alguns critérios podem ser traçados quando nos referimos aos pobres das sociedades. É que, sempre que tratamos de pobres, entramos na arbitrariedade dos limites definidos entre pobres e não-pobres. Já se tratou de pobre aquele que não estava incluído no mundo do emprego, ou seja, o desempregado. Também se levou em consideração a renda familiar, a renda per capita ou ainda outras variáveis. Para Nunes (1990, p. 2), “[...] pobre é aquele indivíduo que não tem acesso a um mínimo de bens, ou melhor, de mercadorias, que este mínimo é equivalente a um quantum em dinheiro determinado

pelo cientista social.” De outra forma, Abranches (1994, p. 17), “Ser pobre significa, em termos muito simples, consumir todas as energias disponíveis exclusivamente na luta contra a morte; não poder cuidar senão da mínima persistência física, material”. Na verdade, existem inúmeras pessoas pobres que vivem em tal situação. Essa necessidade de sobreviver retira desses indivíduos a possibilidade de desfrutar dos mínimos direitos garantidos aos cidadãos. Assim, essa definição parece estar mais próxima daquele grupo de indivíduos que se encontra abaixo da linha da pobreza, numa situação de miserabilidade.

Sob outro prisma, as linhas de pobreza podem ser analisadas a partir das condições de saneamento, moradia, educação. Muitas vezes, inclusive aqueles bens considerados supérfluos (restaurantes, teatros, parques de diversões) (DUPAS, 2001). “A linha de pobreza simplesmente aponta a renda monetária necessária para que um indivíduo possa ter acesso a uma cesta de bens e serviços essenciais à satisfação de suas necessidades básicas.” (DUPAS, 2001, p. 24). Nesse aspecto, para definir a pobreza e riqueza devem ser levados em consideração aspectos culturais, hábitos e valores de cada região. É que nesse cenário o embate se dá de região para região, ou seja, há a necessidade de observar, também, as desigualdades regionais. Mesmo nos países centrais, isso também equivale para os periféricos, talvez mais nesses, pois não existe uma homogeneidade regional. Dentro dos países, dependendo dos critérios utilizados, é possível detectar as diferenças entre região pobre e região não-pobre. No Brasil, os debates sobre as desigualdades regionais não são novos, e diversas foram as políticas governamentais que buscaram o equilíbrio ou a redução dessas disparidades.

Na verdade, a caracterização da pobreza, como forma mais simples de tratar, é a carência de bens materiais. Nesse trecho de Victor Hugo, *Lês misérables*, de 1862, citado por Serge Paugam, é um bom explicativo para a questão da pobreza.

A vida tornou-se angustiosa para Mário. Devorar seus trajes e seu relógio não era ainda o fim. O que no fundo o alimentava era a coisa terrível, o chamado pão-que-o-diabo-amassou. Mistura horrível, composta de dias de fome, noites insones e sem luz, lar sem fogo, semanas sem trabalho, futuro sem esperança, cotovelos

rotos, insolência de porteiros, zombarias de vizinhos, humilhações, dignidade ofendida, desgostos, amargura e, por fim, sua própria derrocada. (HUGO, 1995 apud PAUGAM, 2003, p. 45).

Nesse sentido, pobreza “[...] corresponde, igualmente, a um status social específico, inferior e desvalorizado que marca profundamente a identidade de todos os que vivem essa experiência.” (PAUGAM, 2003, p. 45). Logo, quando tratamos de pobreza, existe uma variedade de aspectos que podem ser assinalados. A discussão em torno da definição de pobreza demonstra que o seu conceito é dinâmico. Assim, tomaremos como “pobre” aqueles ex-assalariados que possuíam renda e eram amparados pela regulamentação trabalhista e que, atualmente, não estão empregados, que não possuem uma renda mensal fixa mínima para sobrevivência e estão afastados da legislação trabalhista, bem como dos serviços como saúde e educação. O assalariado, embora estando em uma condição social ingrata, no contexto atual ele está em uma situação avantajada em relação aos não assalariados. É que a sociedade salarial criou um sistema de seguridade que garante aos sujeitos proteção e inserção social. Proteção e inserção no sentido da garantia à saúde, aposentadoria e regularidade na renda mensal, o que lhes dá status de inserção no mundo do trabalho.

Esse direito ao trabalho, proteção e inserção que a sociedade assalariada adquiriu por um período, embora destacada por injustiças e desigualdades, encontra-se em crise dada ao condicionamento do mercado de trabalho. É o que Castel (2000, p. 247) destaca.

[...] essa configuração da sociedade salarial, vem sendo condicionada por processos tais como a internacionalização do mercado, a mundialização, as exigências crescentes da concorrência e da competitividade, passando o trabalho a ser o alvo principal de dois tipos de redução de custos. Trata-se de minimizar o preço da força de trabalho e, ao mesmo tempo, maximizar sua eficácia produtiva.

Se após a Segunda Grande Guerra o mundo do pleno emprego assegurava contratos de trabalho por tempo indeterminado, atualmente essas condições não são mais garantidas. A instabilidade no emprego tem sido o fantasma que ronda a sociedade na atualidade. Pois, não somente abala as condições financeiras dos sujeitos que

viveram na condição de empregado, mas também as futuras gerações que vivem na incerteza. Além disso, a crise de identidade que se instala é outro fator que leva a aumentar a dificuldade de se pensar propostas futuras.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho – OIT,

El número de desempleados se situo em 205 millones em 2010, prácticamente invariable respecto del año anterior y 27,6 millones superior a la cifra registrada em 2007, y existen pocas esperanzas de que a corto plazo vuelva a los niveles anteriores a la crisis. La tasa mundial de desempleo fue de um 6,2 por ciento em 2010, frente al 6,3 por ciento de 2009, y sigue muy por encima de la tasa del 5,6 por ciento registrada em 2007 (OIT, 2011, p. 1).

Em 2009 e 2010 a América Latina teve uma expansão no número de pessoas ocupadas. Porém, muitos empregos gerados nesses países são vulneráveis e sofrem com as crises globalizadas. Os indicadores em curto prazo mostram um pequeno crescimento no número de pessoas empregadas na região, já que se assegura um PIB não superior a 4% para a América Latina. As diferenças são muitas de países para países, no entanto, as previsões indicam uma taxa de desemprego mundial em 6,1%, ou seja, 203,3 milhões de pessoas desempregadas no mundo (OIT, 2011).

2 O DESEMPREGO NO ESPAÇO URBANO

É a partir da Revolução Industrial que passou a se destacar, com maior clareza, aquela população que lhe restou vender a força dos braços: o proletariado. Essa classe social que viria a ser conhecida como operariado para a grande indústria, surge do meio rural. É nesse meio em transformação, o mundo rural do século XVIII, que passa a libertar o grande número de pessoas que formariam o proletariado urbano. A expansão do capitalismo industrial faria surgir, nesse enfoque, a “questão social”.

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia,

a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e da repressão. (IAMAMOTO, CARVALHO, 2003, p. 77).

É no espaço urbano que será identificada a aglomeração de pobres e miseráveis arrancados do meio rural. Vivendo em condições subumanas, trabalhando em fábricas que retiravam toda energia possível desses sujeitos, eles formavam uma classe espoliada e constituíram a classe proletária.

Devemos ter presente que no transcurso do século XIX, começa-se a sentir concretamente as consequências do avanço do processo de industrialização e da urbanização nos países europeus. Vemos assim, por um lado, os trabalhadores manifestarem seu descontentamento por via da mobilização, da organização do movimento operário, da pressão e reivindicação, perante o empresariado e o Estado, constituindo dessa forma uma real ameaça à ordem estabelecida; por outro lado, e ao mesmo tempo, se faz presente a intervenção inibidora da burguesia, que buscou impedir o acesso igualitário das classes trabalhadoras ao processo de socialização da política, da riqueza, etc. (PASTORINI, 2004, p. 105).

Se essa classe, movida pelas ideologias revolucionárias, alcançou melhorias para suas condições de vida no percurso da história, prolongando-se até o século XX, é certo que viveram em condição, pensando a partir do salário, mais desprezada, ingrata e penosa (CASTEL, 2000). É que a concentração dessa força de trabalho ocorria próxima às indústrias, era ali que se aglomerava grande número de pessoas em busca de trabalho. Essa concentração provocava, então, a formação de vilas e cidades, ocasionando uma série de problemas sociais. Nesses espaços, logo se fazia sentir a necessidade de saneamento básico e moradia. Na verdade, a concentração de pessoas nesses espaços sempre foi incontrolável. Assim, os problemas que se manifestavam como: falta de emprego, saneamento, moradia, educação, saúde, violência aumentavam ainda mais o desconforto dessa classe, que já explorada economicamente, reproduzia-se socialmente em condições de extrema precariedade.

Ao longo desse período, a cidade acolheu aqueles desenraizados do mundo rural. À medida que avançava a migração campo/cidade, cresciam também os bairros pobres, guetos e favelas. E são nesses espaços que se manifestam as condições de precariedade

desses sujeitos. Logo, a característica primeira no contexto da moralidade, o subúrbio urbano é repleto de vagabundos e bandidos. Esse problema social, na Inglaterra, procurou ser atenuado com a Lei dos Vagabundos e o rigor da Segurança Pública.

No Brasil, o crescimento das cidades e a formação de favelas ou o subúrbio não foi diferente de outros países, no e durante o processo de industrialização. Também é no subúrbio que se concentram os maiores problemas sociais, pois os migrantes do espaço rural, em grande parte, principalmente os despossuídos, não encontram alternativas diferentes para residir. É que no espaço urbano, entre suas características, está a segregação espacial.

A fragilidade da burguesia industrial brasileira, que manteve intocada a estrutura fundiária no País, não sacrificou a grande massa da população rural. A velocidade dos processos migratórios também determinou a conformação de um mercado de trabalho urbano extremamente desfavorável aos trabalhadores. (OLIVEIRA, HENRIQUE, 1990, p. 27).

Quando existia a possibilidade de encontrar o emprego assalariado, também era possível fugir da desgraça de ter que viver e se reproduzir nesse mundo. Era objetivo primeiro buscar no trabalho assalariado condições de poder desfrutar das mínimas condições para a sobrevivência. E mais, ter uma identidade reconhecida como trabalhador e estar inserido no mundo do emprego.

É nesse contexto que, por alguns anos, caracterizou-se essa massa operária de pobres. No que concerne àqueles impossibilitados de transformarem a sua força de trabalho em capital, velhos, delinquentes foram colocados abaixo da linha da pobreza. Assim, algumas políticas públicas assistencialistas que garantissem os direitos básicos de cidadão procuraram amenizar a situação desses indivíduos, porém, os resultados foram limitados.

Mesmo com a formação desses bolsões de pobreza, o ideal do progresso, a crença na redução das desigualdades, a sociedade, até a segunda metade do século XX, desfrutou, mesmo com as desigualdades existentes, do mundo do pleno emprego. É certo que as lutas sociais contribuíram nos ganhos e avanços que o operariado adquiriu ao longo dos anos, mesmo assim, muito pouco se concretizou

na redução da pobreza desses sujeitos.

Tanto o Estado quanto o capitalismo se mostraram impossibilitados de reduzir as desigualdades sociais, a ponto de diminuir o contingente populacional de pobres. E na dinâmica atual do capitalismo, a tendência, que já se observa, agrava ainda mais as disparidades entre pobres e não pobres. Dupas (2001, p. 57) salienta que “[...] a nova lógica das cadeias produtivas globais, a radical automação e a intensa pressão para a flexibilização das normas do trabalho, acrescida do crescente desemprego mundial, geraram terríveis dilemas.” Nesse aspecto, os países periféricos são os que mais sentem as mudanças da conjuntura econômica internacional.

3 MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E DESEMPREGO

No período do pleno emprego, é o espaço urbano o ambiente onde os sujeitos encontram a possibilidade de inserção, identificação e *status* social. Diferente dos sujeitos das áreas rurais, nos quais a caracterização lhes foi dada como: colono, agricultor, camponês, sertanejo. Identificação relativizada pelo habitante dos centros urbanos. Esse fator também motivou a migração do campo para a cidade. Porém, o emprego assalariado nas indústrias foi o principal fator de atração, juntamente com o processo de modernização agrícola que ocorreu a partir dos anos de 1970. É que a modernização no campo está associada a um aumento produtivo na agricultura e aumento de empregos na cidade.

[...] a chamada modernização na agricultura representou a intensificação do emprego de máquinas e insumos e esteve associada à constituição de um setor industrial produtor de meios de produção para agricultura e a criação, através de políticas desenvolvidas pelo Estado, de um conjunto de instrumentos capazes de viabilizar o seu uso pelos produtores rurais. (ALMEIDA, 1990, p. 86).

O uso de adubação química e maquinário agrícola possibilitaram ao agricultor um aumento da área plantada. Da mesma forma aumentou a produtividade com a redução de energia gasta para a produção, embora o sistema *modernizante* não tem sido associado à melhoria de vida das áreas rurais. Muito antes, ele rompeu com o modelo de produção tradicional, que foi substituído por uma

agricultura considerada moderna, que utilizou novas tecnologias como: sementes selecionadas, fertilizantes, agrotóxicos e máquinas.

Da mesma forma ocorreu na produção de animais para abate – suínos e aves – com tecnologia e aumento na produtividade. Nesse cenário, o produtor recebe os insumos básicos da empresa e entrega a produção num sistema de parceria. À medida que as empresas foram melhorando a genética dos animais e aumentando a tecnologia, também o produtor teve de acompanhar essas exigências. Isso proporcionou, para alguns produtores, resultados positivos, enquanto que para muitos foi desastroso.

Esse sistema de modernização foi excludente e restrito devido ao acesso limitado às tecnologias. No campo, houve a concentração da terra nas mãos de alguns, o que contribuiu significativamente para o aumento do êxodo rural, empobrecimento do solo e poluição do meio ambiente. Enquanto isso, nas cidades, aumentava o número de pessoas desempregadas, embora, a oferta de emprego promovida pelos abatedores de animais, fábricas de insumos entre outros. É que a indústria estava impossibilitada de absorver a mão de obra já existente e disponível nos centros urbanos e que, crescia continuamente com a migração campo/cidade.

Aspecto importante a frisar refere-se ao processo de modernização no Sul do Brasil. É que, nessa região, o processo de colonização tem na pequena propriedade a característica básica. Na pequena propriedade o sistema de produção é a autossuficiência com trabalho familiar. Nesse aspecto, o empobrecimento do solo foi fator fundamental na contribuição do êxodo rural. O custo para modernizar as propriedades agrícolas levou muitos produtores a buscar recursos juntos aos bancos privados e estatais. A dificuldade de saldar os empréstimos, fruto dos juros exorbitantes cobrados nos últimos anos, causou o endividamento de muitos agricultores, que preferiram vender a propriedade e tentar a sorte nas cidades.

Nas cidades, essa população rural se depara com um novo e desconhecido problema – a mão de obra desqualificada. Para sobreviver, precisaram desempenhar as mais diversas funções em atividades de baixa remuneração. Desse modo, trabalham como diaristas em contratos temporários. Já os que ingressaram em

empregos formais foram favorecidos, dentro do quadro empregatício, com garantia de direitos, proteção e inserção social. Embora com os baixos salários históricos em nosso país, essas pessoas empregadas conseguiram manter um nível de vida razoável tendo como comparação o modo de vida que possuíam no mundo rural. Nesse aspecto é preciso levar em consideração o trabalho desempenhado pela mulher e os filhos que ajudam a aumentar a receita da família.

Outro quadro não menos importante a salientar, dessas pessoas assalariadas, é quanto aos investimentos em móveis e utensílios capazes de proporcionar uma vida mais confortável. O assalariado conta mensalmente com certa renda, o que lhe possibilita a aquisição desses utensílios na forma de crediários. Os crediários, adotados hoje pela maioria das casas comerciais, tiveram uma grande aceitação no Brasil após os anos de 1960. Embora longe da realidade da classe média brasileira, essas famílias desfrutaram de melhores condições daquelas do campo. A proximidade do ensino básico gratuito, hospitais e creches, por exemplo.

Porém, o mundo do pleno emprego passou a mostrar suas limitações. A partir de 1990, por causa da mundialização, desregulação e liberalização de mercado, proporcionados pelo capitalismo global, muitas empresas reduziram drasticamente o número de empregos. O aumento do desemprego no sul do País, como em todo Brasil, é fruto dos ajustes e reajustes proporcionados pelas grandes e médias empresas. “Essas novas formas levam a uma diminuição dos trabalhadores em tempo integral – com perspectivas de longa carreira – e à expansão da utilização de trabalhadores temporários.” (DUPAS, 2001, p. 56). Contribui a esse aumento de desempregados e temporários, como destacado anteriormente, o êxodo rural. Na tabela abaixo é possível visualizar o número de pessoas desocupadas na região sul do país, segundo dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Tabela1: Percentual da população de 10 anos e mais desocupada – Região Sul

	2006	2007	2008	2009
Região Sul	6,0	5,8	4,5	--
Paraná	6,5	5,6	4,6	6,3
Santa Catarina	4,7	4,7	4,5	5,3
Rio Grande do Sul	6,1	6,6	5,5	6,1

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio- PNAD.

O problema social que se coloca é a pobreza. Porém, a pobreza que tratamos é em relação àqueles que estiveram empregados e agora estão excluídos do sistema. Dessa forma, deixamos de lado toda uma população que não ingressou e talvez nunca vá desfrutar do mundo do pleno emprego. Castel (2000, p. 253 - 254) se refere a ela da seguinte forma:

[...] *desestabilização dos estáveis*. Ou seja, trabalhadores que ocupavam uma posição sólida na divisão do trabalho clássica e que se encontram ejetados dos circuitos produtivos. [...] *instalação na precariedade*. [...] atinge frequentemente os jovens, com alternâncias de períodos de atividades, de desemprego, de trabalho temporário, de ajuda social. [...] *sobrantes*, pessoas que não têm lugar na sociedade, que não são integrados, e talvez não sejam integráveis [...].

Como forma de minimizar os problemas causados pelo processo de mundialização, desemprego, redução da miserabilidade e inserção, o governo brasileiro criou vários programas, como Bolsa Família, Seguro Desemprego, Programas de Ingresso nas Universidades, entre outros. A questão é que algo novo está em andamento, o fim do emprego e a garantia de alguns direitos básicos. É certo que esses programas têm atendido a um grande número de pessoas e famílias que reduziu em parte a situação de carência desses. No entanto, são necessárias políticas mais sérias em vários setores para inserir o grande número populacional de excluídos.

Algumas políticas que devem ser adotadas são programas de manutenção do homem no campo, bem como, o incentivo às pequenas e médias empresas. Essas políticas também são corroboradas por Kliksberg (2002, p. 22).

As políticas de crescimento “de baixo para cima” adotadas por países como Japão e Coréia, entre outros, ao estimular a pequena e média empresa e os pequenos agricultores, favoreceram a equidade. Os setores sociais aos quais foram oferecidas essas oportunidades reagiram com toda intensidade. Diante da criação de condições de viabilidade para montar unidades produtivas desse tipo, graças ao apoio recebido em termos tecnológicos, creditícios e às possibilidades de inserção em políticas exportadoras, sua resposta foi reduzir o consumo ou aumentar o tempo de trabalho para, mediante ambas as formas de poupança, poder investir nas referidas unidades.

Algumas políticas de incentivo a pequenas e médias empresas foram implementadas, no entanto, ainda são bastante tímidas. Os altos juros praticados no mercado brasileiro, juntamente com a carga tributária e a comercialização, ainda dificultam e inibem o desenvolvimento dessas atividades. O mesmo ocorre no campo, pois, os incentivos à agricultura familiar, nos últimos anos, ainda carecem de uma comercialização por preços justos. A exemplo do que ocorre em outros países, no Brasil faz-se necessária uma política que subsidie a agricultura familiar, garantindo a produção e a comercialização. Nesse aspecto é possível minimizar a situação da pobreza de um modo geral e a pobreza que aqui tratamos. Pois, facilitar a manutenção do homem no campo é uma forma de evitar o êxodo rural, da mesma forma que esses incentivos podem promover o retorno daqueles que foram arrancados do mundo rural, pelo menos no sul do País.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A crise do pleno emprego está transformando a sociedade contemporânea. Esse é o reflexo da reestruturação do capitalismo mundial. Em outras ocasiões de crise, as alternativas para solucionar os problemas, ao menos em parte, surgiram no seio da classe trabalhadora. Porém, essa nova crise e a reconfiguração na ordem do capital mundial, abalaram, também, o sindicalismo e desestruturaram os movimentos de trabalhadores. Assim sendo, dobram-se as dificuldades e reduzem-se as alternativas, tanto da sociedade como do Estado, em encontrar soluções que minimizem a difícil situação

da classe trabalhadora.

A indústria atraiu a mão de obra das áreas rurais para o espaço urbano. Esse espaço sofreu transformações e se configurou em ambientes que demonstram claramente as desigualdades sociais. A formação de espaços nas áreas urbanas sem saneamento, com ruas sem saída, ruelas, becos e sem um planejamento, foi a resposta dada pelos moradores às políticas governamentais. Sem políticas públicas que atendessem a esses indivíduos, o narcotráfico encontrou um espaço exemplar para criar organizações assistencialistas, empregatícias e mercado consumidor para seus produtos.

De outra forma, o Estado esteve afastado dos pequenos agricultores durante o período da modernização no campo e são muito tímidas as políticas atuais para a pequena propriedade. Na verdade, ele esteve mais próximo da grande produção, e mais ainda, das indústrias, grandes multinacionais, produtoras de insumos agrícolas. O resultado foi desastroso para o campo. Nas cidades, o crescimento populacional descontrolado foi o caos. Nesse aspecto, se o desemprego na indústria, em tempos passados, foi o responsável pela pobreza, na atualidade, ele tende a aumentar ainda mais esse número e mais, é responsável pela criação da nova pobreza.

Dar atenção especial e fortalecer as políticas de emprego com empresas sustentáveis é um dos princípios de recuperação do desenvolvimento que os países devem adotar. Devendo evitar as políticas protecionistas que deterioram cada vez mais as condições de trabalho. Sob outro aspecto, a promoção do diálogo entre empregados e empregadores é fundamental para dar respostas às crises e fortalecer ainda mais as políticas de emprego.

ABSTRACT: The issue of poverty has always been related to the job. It is that people employed, while low wages, are seen in a favorable condition in relation to the unemployed. The historical question of unemployment, in the process of industrialization has its roots. With industrialization was the man of the field began to move with greater intensity to the cities. It is in this space that the manifestations of inequality and poverty are to become a social problem, since the industry was never able to absorb all manpower available. Currently,

this problem has worsened due to industry restructuring. If the industry did not allow people to employment relationships, the state also has failed. So, the capitalist market economy shows that in this model, it is unable to promote a rapprochement between poor and nonpoor, as well as minimize the economic inequalit between people.

Keywords: Poverty. City. Modernization.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio Henrique. Política social, pobreza e desigualdade: a prática da teoria. In: ABRANCHES, Sérgio Henrique; SANTOS, Wanderley Guilherme dos; COIMBRA, Marcos Antônio. **Política social e combate a pobreza**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ALMEIDA, Leila Tendrih de Freitas. Estado e modelo excludente. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 4, n. 2. p. 83 - 87, 1990.

CASTEL, Robert. A Transformação de Questão Social. In: BOGUS, Lucia; YAZBEK, Maria Carmelita; BELFIORE-WANDERLEY, Mariangela (Org.). **Desigualdade e a questão social**. 2. ed., rev. e ampl. São Paulo: Educ, 2000.

DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social**. Pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo. 3. ed. São Paulo: Paz e terram, 2001.

IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico - metodológica. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 26 ago. 2010.

KLIKSBERG, Bernardo. **Desigualdade na América Latina**: o debate adiado. 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2002.

NUNES, Edison. Carências e modos de vida. São Paulo em perspectiva, São Paulo, v. 4, n. 2. p. 2-7, 1990.

OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de; HENRIQUE, Wilnes. Determinantes da pobreza no Brasil: um roteiro de estudo. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 25-27, 1990.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Para superar a crise: um pacto mundial para o emprego**. Publicação do Escritório Regional da OIT para América Latina e o Caribe. Primeira Edição 11 out. 2009. Impresso no Peru. Disponível em: <http://www.oit.org.pe/1/wpcontent/uploads/2009/12/OIT_Pacto_Mundial_PORT_web>. Acesso em: 12 jan. 2011.

_____. **Tendencias mundiales del empleo**. Departamento de Comunicación Pública. Oficina Internacional del Trabajo. Ginebra. Suíça. 2011. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@dgreports/@dcomm/@publ/documents/publication/wcms_150445.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2011.

PASTORINI, Alejandra. São Paulo: Cortez, 2004.

PAUGAM, Serge. **Desqualificação social**. Ensaio sobre a nova pobreza. São Paulo: Educ/Cortez, 2003.